



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças

Financiamento previsto no âmbito do
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO
para as Regiões Autónomas e municípios
(RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, e RCM n.º 29/2009, de 30 de Março)

Objectivo do financiamento:	Substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.
Mutuários:	Regiões Autónomas e municípios.
Elegibilidade:	Regiões Autónomas e municípios, com excepção dos municípios que preencham pelo menos três das situações previstas no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, e que não tenham declarado a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e do referido decreto-lei, até à data de apresentação da candidatura.
Montante total e respectivos mutuantes:	Até 1250 milhões de euros, 40% a ser concedido pela DGTF e 60% pelas Instituições de Crédito (IC).
Montante atribuível a cada mutuário:	<p>O menor de entre os seguintes montantes: o solicitado pelo mutuário e o determinado nos termos da alínea b) do n.º 11 da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro (com as alterações previstas no n.º 3 da RCM n.º 29/2009, de 30 de Março);</p> <p>No caso das Regiões Autónomas e dos municípios que, durante o ano de 2008, obtiveram financiamento de médio e</p>



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

longo prazo no âmbito do «Programa Pagar a Tempo e Horas» aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, o montante de financiamento atribuível é deduzido da parcela obtida pela aplicação do disposto na alínea a) do n.º 12 da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro.

No caso dos municípios que, desde a data de entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, tenham contraído, ou venham a contrair até à data de celebração do financiamento previsto neste Programa, empréstimos para saneamento ou reequilíbrio financeiro municipal, ao montante de financiamento atribuível são deduzidos os montantes desses empréstimos de saneamento ou reequilíbrio financeiro.

Objectivos anuais de prazos médios de pagamento

São estabelecidos de acordo com o artigo 39.º do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, com as alterações decorrentes da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro.

Em particular, a alínea a) do artigo 39.º do Anexo acima referido aplica-se no apuramento do objectivo de prazos de pagamento para 2009, sendo que, no que respeita à alínea i), considera-se, para efeitos de cálculo, o PMP registado no final do 4.º trimestre de 2008 (substituindo a variável PMP_{2007}) e as aquisições de bens e serviços realizadas no ano de 2008 (substituindo a variável A_{2007}).

Procedimentos/calendário

- 1) Após consulta à banca, o mutuário solicita à DGTF a adesão ao Programa, indicando na [carta de candidatura](#) o financiamento desejado, remetendo em anexo a [ficha técnica do empréstimo](#) a conceder pela IC (correspondente a 60% do financiamento); no caso dos municípios deverá ser igualmente remetida a [declaração de preenchimento obrigatório](#); candidaturas podem ser apresentadas até 30 de Junho



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

de 2009;

- 2) Após a recepção de uma candidatura, a DGTF solicita às Direcções-Gerais do Orçamento e das Autarquias Locais, a confirmação da elegibilidade, respectivamente, das Regiões Autónomas e dos municípios, o montante do financiamento atribuível a cada mutuário e o Prazo Médio de Pagamentos;
 - 3) A DGTF divulga na sua página da INTERNET, no último dia útil de cada mês, a lista dos mutuários elegíveis até ao momento e o respectivo montante de financiamento autorizado;
 - 4) Após a recepção do processo completo do empréstimo do Estado remetido pelo município, a DGTF procede à assinatura do referido contrato de empréstimo, a celebrar nos moldes da minuta aprovada pelo Despacho n.º 6871-B/2008, de 22 de Fevereiro de 2008, atentas as alterações decorrentes da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro.
- Até 5 dias úteis após a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o contrato de empréstimo do Estado, a DGTF procede ao desembolso do capital mutuado, depositando-o numa conta a indicar pelo mutuário.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

FICHA TÉCNICA DO EMPRÉSTIMO DO ESTADO

Montante	Até 500 milhões de euros, correspondente a 40% do financiamento aprovado e publicado na página da DGTF (os restantes 60% serão financiados pela IC).
Prazo:	Até 10 anos a contar da data do visto do Tribunal de Contas sobre o contrato de empréstimo.
Carência:	Metade do prazo do empréstimo do Estado, equivalente ao prazo do empréstimo concedido pela IC.
Taxa de Juro:	Taxa igual a zero durante o período de carência; durante o prazo de reembolso, será a equivalente à taxa EURIBOR 6M em vigor no início do período de contagem de juros; a esta taxa podem acrescer ou deduzir <i>spreads</i> em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos para o PMP de acordo com o disposto nos artigos 43º, 44º e 45º do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.
Pagamento de juros	Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano, com excepção da primeira prestação, cujo período de contagem começa na data de início do prazo de reembolso e termina a 15 de Junho ou 15 de Dezembro, consoante a data que estiver mais próxima do início do referido período de contagem de juros.
Garantia	Transferência do OE nos termos previstos na minuta aprovada pelo Despacho n.º 6871-B/2008, de 22 de Fevereiro.
Observações:	Esta informação não dispensa a leitura dos diplomas legais subjacentes.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

O financiamento previsto neste Programa desenvolve-se nos termos da RCM n.º 191-A/2008, de 27 Novembro, e da RCM n.º 29/2009 de 30 de Março, e tem como referência o Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, nomeadamente a sua Secção V, com excepção dos números 21 a 24, 27, e 30 a 35, que não são considerados neste Programa.

Pedidos de informação adicional sobre o financiamento previsto neste Programa poderão ser dirigidos a apoiosfinanceiros@dgtf.pt.